



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	06
Balancos patrimoniais.....	11
Demonstração dos resultados	13
Demonstração dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstração dos fluxos de caixa.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	17
Conselho de administração.....	66

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

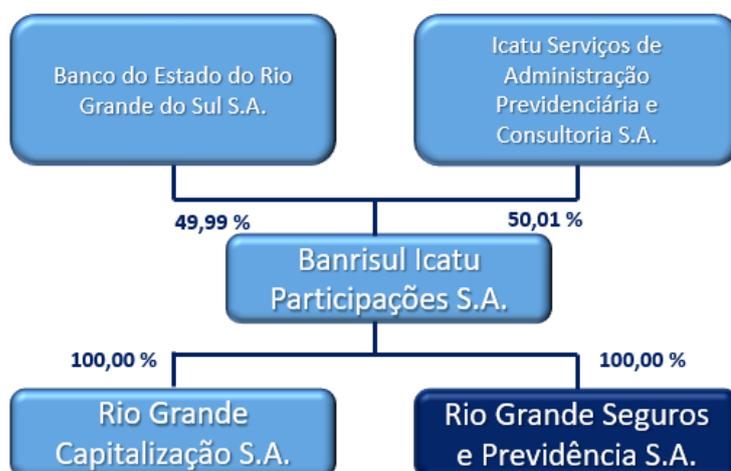
Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia tem como objeto a negociação de seguros de vida e previdência, majoritariamente através do canal bancário de vendas do Banrisul.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

2. Desempenho nas Operações de Seguros e Previdência complementar aberta

O desempenho das operações no primeiro semestre de 2025 pode ser observado a seguir:

2.1. Operação e Patrimônio

Nos primeiros seis meses de 2025, os prêmios ganhos foram de R\$ 379.811 (R\$ 354.931 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 7,01%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 78.724 (R\$ 81.572 no mesmo período do ano anterior), que representa uma sinistralidade de 20,73% em 2025 (22,98% no mesmo período do ano anterior), uma redução de 2,25 pontos percentuais (p.p.).

Os custos de aquisição de seguros foram de R\$ 122.846 (R\$ 116.055 no mesmo período do ano anterior), que representa um índice de comissionamento de 32,34% em 2025 (32,70% no mesmo período do ano anterior). Durante o primeiro semestre de 2025, as rendas com taxa de gestão foram de R\$ 19.021 (R\$ 17.348 no mesmo período do ano anterior), um aumento de 9,6% (um aumento de 36,0% no mesmo período do ano anterior). A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência, no primeiro semestre de 2025, foi negativa e alcançou R\$ 155.218 (captação positiva de R\$ 71.109 no mesmo período do ano anterior).

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar em 2025, alcançou R\$ 173.183 (R\$ 153.202 no mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 7.200.542 (R\$ 6.937.963 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 3,78%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2025, atingiu o montante de R\$ 145.228 (R\$ 167.295 em 31 de dezembro de 2024). A redução decorre, principalmente, do pagamento de dividendos no valor de R\$ 81.644, efetuado em 29 de abril de 2025, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

2.2. Despesas Administrativas, Resultado Financeiro e Solvência

No primeiro semestre de 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 79.942 (R\$ 70.287 no mesmo período do ano anterior), sendo 18,84% de prêmios emitidos (18,28% no mesmo período do ano anterior).

No primeiro semestre de 2025, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 24.292 (R\$ 16.787 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 44,71%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros (SELIC) que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 133.554 em 30 de junho de 2025 (R\$ 150.259 em 31 de dezembro de 2024), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 152% (174% em 31 de dezembro de 2024).



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

Em 2025, o grupo ao qual a Companhia pertence publicou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, concluindo assim a implementação dos requisitos previstos na Circular SUSEP nº 666/2022.

No primeiro semestre de 2025, a Companhia retornou à sociedade R\$ 82.932 em sinistros pagos (R\$ 53.451 no mesmo período do ano anterior), R\$ 69.642 (R\$ 64.909 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços de parceiros terceirizados, além de R\$ 81.645 (R\$ 65.000 no mesmo período do ano anterior) em pagamentos de dividendos, R\$ 17.759 (R\$ 15.877 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos e R\$ 39.662 (R\$ 36.216 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos, reforçando seu papel como agente de proteção financeira e impacto social. O grupo, como um todo, também apoiou projetos sociais voltados para educação, saúde e promoção da diversidade, reafirmando seus compromissos institucionais com o desenvolvimento sustentável.

Com isso, a Companhia reforça seu alinhamento aos princípios de sustentabilidade do grupo, atuando de forma ética, responsável e comprometida com a geração de valor para a sociedade.

4. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras intermediárias e de asseguarção limitada exigidos pelo órgão regulador para a Companhia, foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 354, em 2024. A partir de 01º de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 197, em 2025.

5. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2025.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras intermediárias de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência complementar (Notas 3,14, 3.15, 18 e 19)

A Seguradora apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdência, registrados nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar", em que destacamos Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigente Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC). Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, tábuas biométricas, taxas de juros e as características dos tipos de benefícios.

Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as premissas e metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Seguradora.

Para a PMBaC testamos a integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis; testamos, em base amostral, a movimentação dos valores dessas provisões para os produtos de modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL); e a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados.

Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o primeiro semestre; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de PPNG-RVNE e IBNR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC e PMBC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação do Passivo (TAP).

Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras intermediárias em 31 de dezembro e em 30 de junho de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025 e 26 de agosto de 2024, respectivamente, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
afw
Assinado por MARCELO LUIS TEIXEIRA SANTOS 0428018757
CPF: 0428018757
Data/Hora da Assinatura: 26 de agosto de 2025 | 10:25 BRT
O ICP-Brasil, ou Secretário da Receita Federal do Brasil - RFB
C. BR
Empresa: AC SERASA NET S/A

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2025 e de 31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

		30/06/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		7.078.553	6.828.706
Disponível		2.475	14.715
Caixa e bancos		2.475	14.715
Equivalente de caixa	Nota 5	10.420	18.900
Aplicações	Nota 5	6.934.515	6.668.804
Créditos das operações com seguros e resseguros		46.735	42.909
Prêmios a receber	Nota 6	32.775	28.699
Operações com seguradoras	Nota 7	6.376	6.817
Operações com resseguradoras	Nota 8	7.584	7.393
Créditos das operações com previdência complementar		93	85
Valores a receber		93	85
Outros créditos operacionais	Nota 9	41.040	39.134
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 10	6.393	10.540
Títulos e créditos a receber		4.067	4.092
Títulos e créditos a receber		3.158	3.211
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	909	881
Despesas antecipadas		2	-
Custos de aquisição diferidos		32.813	29.527
Seguros	Nota 18	32.775	29.469
Previdência	Nota 19	38	58
NÃO CIRCULANTE		121.989	109.256
Realizável a longo prazo		121.600	108.861
Aplicações	Nota 5	42.398	41.815
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 10	4.677	4.864
Títulos e créditos a receber		23.463	21.171
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	9.576	7.735
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 22.4	13.887	13.436
Outros bens e valores		634	770
Custos de aquisição diferidos		50.428	40.241
Seguros	Nota 18	50.400	40.210
Previdência	Nota 19	28	31
Imobilizado		210	245
Bens móveis		98	110
Outras imobilizações		112	135
Intangível		179	150
Outros intangíveis		179	150
TOTAL DO ATIVO		7.200.542	6.937.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2025 e de 31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

		30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE		1.386.366	1.345.006
Contas a pagar		51.579	48.211
Obrigações a pagar	Nota 12	36.749	34.711
Impostos e encargos sociais a recolher		5.080	5.193
Impostos e contribuições	Nota 13	9.015	7.909
Outras contas a pagar		735	398
Débitos de operações com seguros e resseguros		40.960	46.549
Prêmios a restituir (*)		-	25
Operações com seguradoras	Nota 14	5.047	6.263
Operações com resseguradoras	Nota 15	4.670	9.096
Corretores de seguros e resseguros	Nota 16	31.243	31.165
Débitos de operações com previdência complementar		302	577
Débitos de resseguro		95	365
Outros débitos operacionais		207	212
Depósitos de terceiros	Nota 17	3.014	6.242
Provisões técnicas - seguros	Nota 18	1.239.697	1.194.521
Pessoas		160.393	152.819
Vida com cobertura por sobrevivência		1.079.304	1.041.702
Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 19	50.567	48.674
Planos não bloqueados		2.670	2.607
PGBL/PRGP		47.897	46.067
Outros débitos		247	232
Débitos diversos		247	232
NÃO CIRCULANTE		5.668.948	5.425.661
Provisões técnicas - seguros	Nota 18	5.413.379	5.182.142
Pessoas		183.225	147.764
Vida com cobertura por sobrevivência		5.230.154	5.034.378
Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 19	240.334	228.974
Planos não bloqueados		6.749	6.648
PGBL/PRGP		233.585	222.326
Outros débitos		14.868	14.042
Provisões judiciais	Nota 22.2	14.868	14.042
Débitos diversos		367	503
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		145.228	167.295
Capital social	Nota 23.1	72.188	72.188
Reservas de lucros	Nota 23.2	14.438	96.082
Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 23.3	(1.161)	(975)
Lucros acumulados		59.763	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.200.542	6.937.962

(*) De acordo com a determinação da SUSEP, em abril de 2025 a Companhia transferiu os saldos da rubrica de "Prêmios a Restituir" para Provisão de Valores a Regularizar (PVR) na rubrica de "Provisões Técnicas – Seguros".



Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Demonstração dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2025	30/06/2024
Prêmios emitidos		424.382	384.401
Contribuições para cobertura de riscos		2.887	2.674
Variação das provisões técnicas de prêmios		(47.458)	(32.144)
Prêmios ganhos	Nota 25 e 26.1	379.811	354.931
Sinistros ocorridos	Nota 26.2	(78.724)	(81.572)
Custos de aquisição	Nota 26.3	(122.846)	(116.055)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 26.4	(15.986)	(13.687)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		162.255	143.617
Receita com resseguro		6.317	13.144
Despesa com resseguro		(6.837)	(6.690)
Outros resultados com resseguro		171	185
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 26.5	(349)	6.639
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		268.819	401.708
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(268.721)	(401.655)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 26.6	98	53
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		19.021	17.348
Variação de outras provisões técnicas	Nota 26.7	(238)	(712)
Custo de aquisição		(7.932)	(7.094)
Outras receitas (despesas) operacionais		(21)	(10)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		10.928	9.585
Despesas administrativas	Nota 26.8	(79.942)	(70.287)
Despesas com tributos	Nota 26.9	(18.243)	(16.427)
Resultado financeiro	Nota 26.10	24.292	16.787
RESULTADO OPERACIONAL		98.941	89.914
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		98.941	89.914
Imposto de renda	Nota 27	(24.187)	(22.154)
Contribuição social	Nota 27	(14.991)	(13.512)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		59.763	54.248
Quantidade de ações		2.091	2.091
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		28.581	25.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	59.763	54.248
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	(186)	688
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurado ao VJORA	(310)	1.146
Efeito dos tributos - IRPJ e CSLL	124	(458)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	59.577	54.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2024	72.188	14.438	83.670	(1.004)	-	169.292
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	688	-	688
Distribuição de dividendos intermediários - AGOE 28/03/2024	-	-	(65.000)	-	-	(65.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	54.248	54.248
Saldos em 30 de junho de 2024	72.188	14.438	18.670	(316)	54.248	159.228
Saldos em 1º de janeiro de 2025	72.188	14.438	81.644	(975)	-	167.295
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(186)	-	(186)
Distribuição de dividendos - AGE 28/03/2025	-	-	(81.644)	-	-	(81.644)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	59.763	59.763
Saldos em 30 de junho de 2025	72.188	14.438	-	(1.161)	59.763	145.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	30/06/2025	30/06/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	59.763	54.248
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	184	167
Despesas de juros	6	2
Variação das provisões técnicas - seguros	788.526	787.253
Variação das provisões técnicas - previdência	31.711	24.446
Variação das provisões judiciais	1.110	334
Variação de impostos sobre o lucro	41.145	40.060
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(266.604)	(413.250)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(3.826)	(2.270)
Créditos das operações com previdência complementar	(8)	(3)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	4.334	(821)
Créditos tributários e previdenciários	(28)	(37)
Ativo fiscal diferido	(1.717)	(317)
Depósitos judiciais e fiscais	(451)	(220)
Despesas antecipadas	(2)	-
Custos de aquisição diferidos	(13.473)	(6.693)
Outros ativos	(2.001)	377
Outros valores e bens - direito de uso	136	126
Outras contas a pagar	2.262	23.819
Débitos de operações com seguros e resseguros	(5.589)	(6.188)
Débitos de operações com previdência complementar	(275)	(248)
Depósitos de terceiros	(3.228)	(3.420)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(512.113)	(400.730)
Provisões técnicas - previdência complementar	(18.458)	(12.580)
Provisões judiciais	(284)	(175)
Débitos diversos	79	67
Caixa gerado pelas operações	101.199	83.947
Juros pagos	(6)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	(40.039)	(24.924)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	61.154	59.021
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(30)	(28)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(30)	(28)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(81.644)	(65.000)
Pagamento de passivo por arrendamento	(200)	(178)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(81.844)	(65.178)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(20.720)	(6.185)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	33.615	39.839
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	12.895	33.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo” é usado para tratar o conjunto formado pelo grupo econômico ao qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Bannisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Bannisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de agosto de 2025.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 4.1.1.3);
- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.1.3 e 5); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.14, 17 e 18).



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres;
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período;
- As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos.
- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa, bancos e equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensurados e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Outros bens e valores”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida a rubrica “Débitos diversos”, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Companhia considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para as seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Companhia, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Redução ao valor recuperável

3.7.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia, semestralmente, avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Resseguro “RdVR de Resseguro” deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecuperabilidade de contas de ativo de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura do contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de *Rating* para a seleção dos resseguradores, definidos na Política de Transferência de Risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 30 de junho de 2025 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 987 (R\$ 1.095 em 31 de dezembro de 2024).

3.7.1.2 Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A Redução ao Valor Recuperável de prêmios a receber “RdVR” deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da Companhia.

Nossa metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por “faixa de *aging*”, sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior.

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias, e;
- Grupo 4: faturas vencidas a mais de 360 dias.

Para o primeiro semestre de 2025, a partir da análise histórica, estamos aplicando os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

	30/06/2025	30/06/2024
Faturas com 30 dias a vencer	1,62%	5,36%
Faturas vencidas há 60 dias	3,21%	13,01%
Faturas vencidas entre 60 e 180 dias	10,61%	72,81%
Faturas vencidas entre 180 e 360 dias	14,83%	78,94%
Faturas vencidas há mais de 360 dias	100%	100%

Em 30 de junho de 2025 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 44 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2024).



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.8. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.8.1. IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – Obrigações fiscais” até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.10. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

3.11. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.6.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente como relatado na nota explicativa 3.7.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.13. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a comissão, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratado, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 28 meses.

3.14. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.14.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14.2. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.14.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos, para as ações judiciais, era utilizado, até agosto de 2024, a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando e, a partir de setembro/2024, passou-se a utilizar a SELIC, conforme previsto na Lei 14.905/2024.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão referente a Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados – (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos ainda pendentes e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- os ajustes de IBNER judicial calculados conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.14.4. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

- i) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente;
- ii) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão;
- iii) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item i também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

3.14.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

- i) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses;
- ii) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas “n” emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.14.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.14.7. Provisão de resgates e/ou outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

3.14.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR/PDC)

A Provisão de Despesas Relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por Cobertura (PDC) ou Provisão de Despesas Relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base a parte do percentual contratual referente a prestação de serviços firmado entre as empresas do Grupo, referente aos custos com sinistros e benefícios.

3.14.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.15.

3.15. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Os principais planos da carteira em questão possuíam 0% de juros, 0% de carregamento, e estão atrelados às tábuas BR-EMS, AT2000 e AT1983 em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data-base. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram consideradas os seguintes percentuais de sinistralidade:

Agrupamento	Sinistralidade	
	30/06/2025	30/06/2024
Vida em Grupo	17,90%	17,36%
Prestamista	26,45%	24,65%
Acidentes Pessoais	5,70%	5,40%



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplicam-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na companhia. Em relação ao sinistro, os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 10 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da companhia.

3.15.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- i) Benefícios concedidos;
- ii) PGBL/VGBL;
- iii) Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.15.2. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 30 de junho de 2025 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. Ou seja, o resultado do teste foi negativo, o qual não gerou a necessidade de constituição de PCC.

3.16. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Assessoria S.A., incorporada pela Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A em 31 de dezembro de 2024, onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu e cobrado mensalmente e o pagamento realizado no mês subsequente. Essa operação está refletida na rubrica de Serviços de terceiros dentro do grupo de Despesas Administrativas, onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

3.17. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP) de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Novas normas/leis adotadas

O Decreto nº 12.499/2025 atualizou as regras sobre a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em planos VGBL. A principais mudanças foram:

- O IOF de 5% incidirá apenas sobre aportes que, no acumulado de 11/06/2025 até 31/12/2025, ultrapassem R\$ 300 mil por CPF, em uma mesma seguradora; exceto aqueles realizados entre 11/06/2025 e 16/07/2025, que não terão incidência de IOF, mas entrarão na conta do limite anual.
- A partir de 01/01/2026, o IOF de 5% incidirá sobre aportes que ultrapassem R\$ 600 mil por ano, considerando a somatória dos valores aportados em todos os planos de um mesmo CPF, ainda que em seguradoras distintas.
- A alíquota de 5% incide apenas sobre o valor que ultrapassar os limites estabelecidos, e não sobre o total aportado.

A Companhia continuará atenta as atualizações sobre o assunto, para avaliação de eventuais mudanças nos processos relacionados tempestivamente.

3.19. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.19.1. CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras intermediárias avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.19.2. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Companhia consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos, formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de probabilidade *default* (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30 de junho de 2025, R\$ 376.879, correspondentes a 91,9% (R\$ 350.115 correspondentes a 87,12% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 32.061 (R\$ 50.654 em 31 de dezembro de 2024).



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 6.577.187 (R\$ 6.327.647 em 31 de dezembro de 2024).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 1.206 em 30 de junho de 2025 (R\$ 1.103 em 31 de dezembro de 2024). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2 Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de resseguros.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável – RdVR de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.7.1.1.

O principal contrato de resseguro do Grupo é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 30 de junho de 2025:

Tipo Ressegurador	Rating	30/06/2025		31/12/2024	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	3.240	17,37%	4.662	20,45%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	4	0,02%	10	0,04%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	344	1,85%	339	1,49%
Local	A+ pela Standard & Poor's	5.857	31,40%	-	0,00%
Local	AA- pela Standard & Poor's	638	3,41%	1.078	4,73%
Local	A- pela A. M. Best Company	8.571	45,95%	11.210	49,18%
Local	A+ pela A. M. Best Company	-	0,00%	5.497	24,11%
Total		18.654	100,00%	22.796	100,00%



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle de risco de mercado é baseado no modelo *Value At Risk (VaR)*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a Companhia espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela Companhia, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- i) O **VaR paramétrico**: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95.
- ii) **DV01** (*dolar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de *VaR* e *DV01*, para a Companhia:

Fatores de Risco	30/06/2025				31/12/2024			
	DV-01	EWMA	VAR	Exposição	DV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	-	0,95	-	4	-	0,95	-	-
Taxa referencial	-	0,95	-	-	-	0,95	-	-
IGPM	(3)	0,95	161	7.460	(3)	0,95	161	7.927
IPCA	(6)	0,95	407	35.048	(7)	0,95	454	34.088
Ações	-	0,95	-	-	-	0,95	-	-

4.1.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a Companhia possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

30/06/2025				
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	2.475	-	-	2.475
Equivalente de caixa	10.420	-	-	10.420
Aplicações financeiras	987.023	1.208.805	4.781.085	6.976.913
Crédito das operações de seguros e previdência	87.868	-	-	87.868
Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.393	2.043	2.634	11.070
Títulos e créditos a receber	4.067	23.463	-	27.530
Total de ativos	1.098.246	1.234.311	4.783.719	7.116.276
Contas a pagar	51.579	-	-	51.579
Provisões técnicas	1.290.264	1.368.721	4.284.992	6.943.977
Débito das operações	41.262	-	-	41.262
Depósitos de terceiros	2.386	288	340	3.014
Total de passivos	1.385.491	1.369.009	4.285.332	7.039.832

31/12/2024				
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	14.715	-	-	14.715
Equivalente de caixa	18.900	-	-	18.900
Aplicações financeiras	1.117.738	929.616	4.663.265	6.710.619
Crédito das operações de seguros e previdência	82.128	-	-	82.128
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10.540	2.167	2.697	15.404
Títulos e créditos a receber	4.092	21.171	-	25.263
Total de ativos	1.248.113	952.954	4.665.962	6.867.029
Contas a pagar	48.211	-	-	48.211
Provisões técnicas	1.243.195	1.308.611	4.102.505	6.654.311
Débito das operações	47.126	-	-	47.126
Depósitos de terceiros	6.242	-	-	6.242
Total de passivos	1.344.774	1.308.611	4.102.505	6.755.890



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4 Risco operacional

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos, que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5 Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguros, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, a Companhia diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração da Companhia e formalizadas na política de subscrição de riscos e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2025

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	155.817	155.817
Prestamista	147.102	147.102
Acidentes pessoais	52.578	52.578
Habitacional	14.013	14.013
Outros	10.301	10.301
Total seguros	379.811	379.811

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2024

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	144.408	144.408
Prestamista	142.647	142.647
Acidentes pessoais	44.781	44.781
Habitacional	13.376	13.376
Outros	9.719	9.719
Total seguros	354.931	354.931



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2025		
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	154.311	154.311
Prestamista	145.520	145.520
Acidentes pessoais	52.363	52.363
Habitacional	10.703	10.703
Outros	10.077	10.077
Total seguros	372.974	372.974

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2024		
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	142.953	142.953
Prestamista	140.805	140.805
Acidentes pessoais	44.586	44.586
Habitacional	10.410	10.410
Outros	9.487	9.487
Total seguros	348.241	348.241

4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos da Companhia e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7 Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõe a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

A composição dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir, para as datas-bases de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, com a abertura por tempo de vencimento, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os demais instrumentos financeiros, com vencimento após doze meses, encontram-se no ativo não circulante. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada, categorizados conforme detalhado anteriormente.

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 10.420 (R\$ 18.900 em 31 de dezembro de 2024).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), em 30 de junho de 2025, é de R\$ 42.398 (R\$ 41.815 em 31 de dezembro 2024). Dessa forma, as perdas não realizadas, registradas como Ajustes de Avaliação Patrimonial, representam R\$ 1.935, brutos de tributos e R\$ 1.161, líquidos de tributos (ganho de R\$ 1.625, brutos de tributos e R\$ 975, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2024).

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma:

Categoria	30/06/2025	31/12/2024
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA	42.398	41.815
Valor Justo por meio do Resultado – VJR	6.944.935	6.687.704
Total	6.987.333	6.729.519
Circulante	6.944.935	6.687.704
Equivalentes de caixa	10.420	18.900
Aplicações financeiras	6.934.515	6.668.804
Não circulante	42.398	41.815
Aplicações financeiras	42.398	41.815

A seguir, a abertura da carteira por categoria de mensuração:

5.1. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) que representa 0,64% da carteira em 30 de junho de 2025 (0,62 % em 31 de dezembro de 2024):

	Taxas contratadas	30/06/2025	
		Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		42.398	44.333
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,11%	35.023	36.589
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 6,12%	7.375	7.744
Total		42.398	44.333
Circulante		-	-
Não circulante		42.398	44.333
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		42.398	44.333



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas contratadas	31/12/2024	
		Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		41.815	43.440
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,11%	34.123	35.509
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 6,12%	7.692	7.931
Total		41.815	43.440
Circulante		-	-
Não circulante		41.815	43.440
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		41.815	43.440

A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

	30/06/2025	31/12/2024
Vencimento em até cinco anos	35.023	34.123
Vencimento acima de cinco anos	7.375	7.692
Total	42.398	41.815

5.2. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 99,39% da carteira em 30 de junho de 2025 (99,38 % em 31 de dezembro de 2024):

	Taxas contratadas	30/06/2025	
		Valor contábil/justo	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		6.933.243	6.933.243
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) *	-	6.577.187	6.577.187
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	334.481	334.481
Operações compromissadas	Selic	21.641	21.641
Outros	-	(66)	(66)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	10.420	10.420
Fundo não exclusivos		1.272	1.272
Total		6.944.935	6.944.935
Circulante		6.944.935	6.944.935
Não circulante		-	-

*A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 69% do portfólio em 30 de junho de 2025 (70,7% em 31 dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas contratadas	31/12/2024	
		Valor contábil/justo	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		6.667.610	6.667.610
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) *	-	6.327.647	6.327.647
Letras Financeiras do tesouro - LFT	Selic	308.300	308.300
Operações compromissadas	Selic	31.754	31.754
Outros	-	(91)	(91)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	18.900	18.900
Fundo não exclusivos	-	1.194	1.194
Total		6.687.704	6.687.704
Circulante		6.687.704	6.687.704
Não circulante		-	-

*A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 69% do portfólio em 30 de junho de 2025 (70,7% em 31 dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

	30/06/2025	31/12/2024
Sem vencimento	157.435	148.281
Vencimento em até um ano	840.008	988.357
Vencimento em até cinco anos	5.176.919	4.866.897
Vencimento acima de cinco anos	770.573	684.169
Total	6.944.935	6.687.704

5.3. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	5.752.196	83.035	5.835.231
(+) Aplicações	1.976.742	42.587	2.019.329
(-) Resgates	(1.627.735)	(90.126)	(1.717.861)
(+) Rendimentos	586.501	6.271	592.772
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	48	48
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.687.704	41.815	6.729.519
(+) Aplicações	702.423	-	702.423
(-) Resgates	(872.692)	(1.417)	(874.109)
(+) Rendimentos	427.500	2.310	429.810
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(310)	(310)
Saldo em 30 de junho de 2025	6.944.935	42.398	6.987.333

5.4. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
VJORA	42.398	-	42.398
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	42.398	-	42.398
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	35.023	-	35.023
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	7.375	-	7.375
VJR	4.957.433	1.987.502	6.944.935
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	4.957.433	1.975.810	6.933.243
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	4.622.952	1.954.235	6.577.187
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	334.481	-	334.481
Operações compromissadas	-	21.641	21.641
Outros	-	(66)	(66)
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	-	10.420	10.420
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	1.272	1.272
Total	4.999.831	1.987.502	6.987.333

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
VJORA	34.123	7.692	41.815
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	34.123	7.692	41.815
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	34.123	-	34.123
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	-	7.692	7.692
VJR	5.126.471	1.561.233	6.687.704
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	5.107.571	1.560.039	6.667.610
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	4.767.517	1.560.130	6.327.647
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	308.300	-	308.300
Operações compromissadas	31.754	-	31.754
Outros	-	(91)	(91)
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	18.900	-	18.900
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	1.194	1.194
Total	5.160.594	1.568.925	6.729.519

*A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 69% do portfólio em 30 de junho de 2025 (70,7% em 31 dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Vida em grupo	18.811	17.300
Prestamista	7.067	5.338
Acidentes pessoais	6.867	6.082
Outros	74	36
Total de prêmios a receber bruto	32.819	28.756
Provisão para redução ao valor recuperável	(44)	(57)
Total de prêmios a receber	32.775	28.699

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, está demonstrado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	28.756	27.821
(+) Prêmios emitidos	433.200	802.349
(+) IOF	1.754	5.109
(-) Prêmios cancelados	(7.515)	(7.949)
(-) Recebimentos	(423.376)	(798.574)
Prêmios a receber bruto	32.819	28.756
Saldo inicial	(57)	(435)
(-) Constituição	(265)	(1.254)
(+) Reversão	278	1.632
Provisão para redução ao valor recuperável	(44)	(57)
Prêmios a receber líquidos	32.775	28.699

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2025		
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer*			
De 1 até 30 dias	32.753	(1)	32.752
Vencidos			
1 até 30 dias	15	(1)	14
31 até 60 dias	5	(0)	5
Acima de 60 dias	46	(42)	4
Total	32.819	(44)	32.775

*Em 30 de junho de 2025, R\$ 30.785 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2024			
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias*	28.689	(10)	28.679
Vencidos			
1 até 30 dias	15	(2)	13
31 até 60 dias	5	(1)	4
Acima de 60 dias	47	(44)	3
Total	28.756	(57)	28.699

* Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 26.496 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

7. Crédito das operações – operações com seguradoras

As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cosseguros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Prêmios de cosseguro aceito	6.376	6.822
Redução ao valor recuperável	-	(5)
Total	6.376	6.817

8. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Sinistros pagos a recuperar	8.540	8.454
Outros créditos a recuperar	11	11
Redução ao valor recuperável	(967)	(1.072)
Total	7.584	7.393

A seguir, apresentamos a abertura dos valores a recuperar por ressegurador:

Tipo de ressegurador	Rating	30/06/2025			31/12/2024		
		Valor a recuperar	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido	Valor a recuperar	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido
Admitido	AA- pela Standard & Poor's	1.547	(15)	1.532	1.856	(15)	1.841
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	134	(5)	129	104	(4)	100
Local	AA- pela Standard & Poor's	296	-	296	717	(1)	716
Local	A+ pela Standard & Poor's	2.876	(3)	2.873	807	(15)	792
Local	A- pela A. M. Best Company	3.698	(944)	2.754	4.981	(1.037)	3.944
	Total	8.551	(967)	7.584	8.465	(1.072)	7.393



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros créditos operacionais

Essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$ 41.040 em 30 de junho de 2025 (R\$ 39.134 em 31 de dezembro 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

10. Ativos de resseguro

São as provisões técnicas referentes aos contratos de resseguro feitos pela Companhia para mitigar seus riscos, como a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos	1.921	5.319
Sinistros a liquidar	2.122	3.076
Sinistros ocorridos não avisados	2.359	2.158
Redução ao valor recuperável	(9)	(13)
Total circulante	6.393	10.540
Sinistros a liquidar	3.710	3.950
Sinistros ocorridos não avisados	978	925
Redução ao valor recuperável	(11)	(11)
Total não circulante	4.677	4.864
Total	11.070	15.404

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo Circulante	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	106	106
ISS/IOF/IRRF e PIS/COFINS/CSLL a compensar	604	576
Demais impostos	199	199
Total de créditos fiscais	909	881

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos tributários e previdenciários.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2025
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido – diferença temporária	1.971	3.557	(2.276)	3.252
Diferenças temporárias	1.565	1.204	-	2.769
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	406	2.353	(2.276)	483
Contribuição social diferida – diferença temporária	1.183	2.134	(1.366)	1.951
Diferenças temporárias	939	722	-	1.661
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	244	1.412	(1.366)	290
PIS e COFINS diferidos – diferença temporária	4.581	197	(405)	4.373
PIS e COFINS diferidos	4.581	197	(405)	4.373
Total de créditos fiscais diferidos	7.735	5.888	(4.047)	9.576
Total de créditos e débitos diferidos	7.735	5.888	(4.047)	9.576

	01/01/2024	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2024
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido – diferença temporária	1.945	3.836	(3.810)	1.971
Diferenças temporárias	1.528	997	(960)	1.565
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	417	2.839	(2.850)	406
Contribuição social diferida – diferença temporária	1.169	2.300	(2.286)	1.183
Diferenças temporárias	917	597	(575)	939
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	252	1.703	(1.711)	244
PIS e COFINS diferidos – diferença temporária	4.522	978	(919)	4.581
PIS e COFINS diferidos	4.522	978	(919)	4.581
Total de créditos fiscais diferidos	7.636	7.114	(7.015)	7.735
Total de créditos e débitos diferidos	7.636	7.114	(7.015)	7.735

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR).

A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 30 de junho de 2025, para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 30 de junho de 2025 e de 31 de dezembro de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diferenças Temporárias – 2025 a 2033		
2025	328	7,40%
2026	345	7,79%
2027	370	8,34%
2028	394	8,89%
2029	421	9,49%
2030 a 2034	2.574	58,09%
Total geral	4.432	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda/Contribuição social		
Outras provisões	3.816	3.536
Fundo de marketing	4.946	579
PIS COFINS diferido	(4.371)	(4.581)
Atualização depósito judicial	(5.505)	(5.010)
COFINS exigibilidade suspensa	10.488	10.096
PIS exigibilidade suspensa	1.704	1.641
Total das provisões temporárias	11.078	6.261
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	2.770	1.565
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	1.662	939
Total	4.432	2.504

12. Obrigações a pagar

A Obrigações a pagar classificadas no passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores (a)	10.818	10.432
Pagamentos a realizar (b)	20.693	23.268
Provisão fundo de marketing	4.946	579
Outras contas a pagar	292	432
Total	36.749	34.711

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A.

(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo:

	30/06/2025	31/12/2024
IR	3.981	2.887
CSLL	2.465	2.495
COFINS	2.210	2.174
PIS	359	353
Total	9.015	7.909

14. Débitos das operações – operações com seguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações.

	30/06/2025	31/12/2024
Prêmios de cosseguro cedido emitido	2.198	3.174
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	2.849	3.089
Total	5.047	6.263

15. Débito das operações – operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	30/06/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguro cedido a pagar	4.927	9.353
Comissão de resseguro a recuperar	(257)	(257)
Total	4.670	9.096

16. Débito das operações – corretores de seguros e resseguros

São comissões a pagar e pró-labores à corretores pelos contratos de seguros, os ressarcimentos às congêneres nos contratos de cosseguros aceitos e as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Comissões a pagar seguros	19.875	21.421
Comissões riscos emitidos	22	40
Comissões direto RVNE	9.819	8.165
Comissões cosseguro aceito	1.008	1.074
Comissões cosseguro aceito RVNE	519	465
Total corretores de seguros e resseguros	31.243	31.165



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2025	31/12/2024
1 até 30 dias	1.698	5.118
31 até 60 dias	343	165
61 até 90 dias	8	5
91 até 120 dias	253	7
121 até 180 dias	10	209
181 até 365 dias	75	141
Acima de 365 dias	627	597
Total	3.014	6.242

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Seguros	30/06/2025			31/12/2024		
	Pessoas	Sobrevivência	Total	Pessoas	Sobrevivência	Total
Circulante						
Prêmios não ganhos	75.097	-	75.097	66.498	-	66.498
Prêmios não ganhos - RVNE	15.694	-	15.694	13.674	-	13.674
Sinistros a liquidar administrativo	35.950	-	35.950	39.273	-	39.273
Sinistros a liquidar judicial	2.989	-	2.989	3.338	-	3.338
Excedente técnico	79	-	79	79	-	79
Sinistros ocorridos mas não avisados	29.648	-	29.648	29.087	-	29.087
Benefícios a conceder	-	1.070.677	1.070.677	-	1.030.572	1.030.572
Benefícios concedidos	-	269	269	-	258	258
Resgates e/ou outros valores a regularizar	29	8.293	8.322	-	10.822	10.822
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	907	-	907	870	-	870
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	-	51	51	-	49	49
Provisão de Excedente Financeiro	-	14	14	-	1	1
Total	160.393	1.079.304	1.239.697	152.819	1.041.702	1.194.521
Não Circulante						
Prêmios não ganhos	157.347	-	157.347	120.507	-	120.507
Sinistros a liquidar administrativo	1.880	-	1.880	2.728	-	2.728
Sinistros a liquidar judicial	9.344	-	9.344	9.407	-	9.407
Sinistros ocorridos mas não avisados	14.193	-	14.193	14.681	-	14.681
Benefícios a conceder	-	5.227.426	5.227.426	-	5.031.622	5.031.622
Benefícios concedidos	-	2.478	2.478	-	2.517	2.517
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	461	-	461	441	-	441
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	-	250	250	-	239	239
Total	183.225	5.230.154	5.413.379	147.764	5.034.378	5.182.142
Total Geral	343.618	6.309.458	6.653.076	300.583	6.076.080	6.376.663



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

	31/12/2023	Constituições	Amortizações	31/12/2024	Constituições	Amortizações	30/06/2025
Custo de aquisição diferido	50.863	23.168	(4.352)	69.679	135.976	(122.480)	83.175
Total	50.863	23.168	(4.352)	69.679	135.976	(122.480)	83.175
Circulante	25.753	5.711	(1.995)	29.469	88.079	(84.773)	32.775
Não Circulante	25.110	17.457	(2.357)	40.210	47.897	(37.707)	50.400

Provisões Técnicas – Seguros	Saldos em 31/12/2024	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2025
Prêmios não ganhos	187.005	58.877	(13.438)	-	232.444
Prêmios não ganhos - RVNE	13.674	4.585	(2.565)	-	15.694
Benefícios a conceder	6.062.194	340.827	(492.394)	387.476	6.298.103
Benefícios concedidos	2.775	20	(141)	93	2.747
Sinistro a liquidar	54.746	101.555	(106.763)	625	50.163
Sinistros ocorridos mas não avisados	43.768	4.753	(4.680)	-	43.841
Resgates e/ou outros valores a regularizar	10.822	53.997	(56.497)	-	8.322
Excedente técnico	79	-	-	-	79
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	1.311	506	(449)	-	1.368
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	288	1.193	(1.180)	-	301
Provisão de excedente financeiro	1	36	(23)	-	14
Total	6.376.663	566.349	(678.130)	388.194	6.653.076

Provisões Técnicas – Seguros	Saldos em 01/01/2024	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2024
Prêmios não ganhos	115.497	102.356	(30.848)	-	187.005
Prêmios não ganhos - RVNE	13.297	4.744	(4.367)	-	13.674
Benefícios a conceder	5.250.054	1.253.584	(972.746)	531.302	6.062.194
Benefícios concedidos	1.991	915	(258)	127	2.775
Sinistro a liquidar	48.915	232.804	(228.795)	1.822	54.746
Sinistros ocorridos mas não avisados	48.298	214.619	(219.149)	-	43.768
Resgates e/ou outros valores a regularizar	4.935	77.656	(71.769)	-	10.822
Excedente técnico	79	-	-	-	79
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	2.513	5.939	(7.141)	-	1.311
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	-	3.007	(2.719)	-	288
Provisão de excedente financeiro	-	60	(59)	-	1
Total	5.485.579	1.895.684	(1.537.851)	533.251	6.376.663

18.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado.

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o stress de 10% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Coberturas de Risco:		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		30/06/2025		31/12/2024	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 10% de sinistralidade	(7.078)	(6.665)	(7.353)	(6.854)
Sinistralidade	Redução de 10% na sinistralidade	7.078	6.665	7.353	6.854



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e pró-labores, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas	30/06/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não ganhos	142	-	142	140	-	140
Benefícios a conceder	47.443	231.637	279.080	45.126	220.325	265.451
Benefícios concedidos	1.279	8.682	9.961	1.246	8.634	9.880
Sinistros a liquidar administrativo	581	-	581	581	-	581
Eventos ocorridos, mas não avisados	915	-	915	882	-	882
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	1	-	1	1	-	1
Resgates e/ou outros valores a regularizar	176	-	176	678	-	678
Provisão de excedente financeiro	18	-	18	1	-	1
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	12	15	27	19	15	34
Total	50.567	240.334	290.901	48.674	228.974	277.648

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

	31/12/2023	Constituições	Amortizações	31/12/2024	Constituições	Amortizações	30/06/2025
Custo de aquisição diferido	61	121	(93)	89	460	(483)	66
Total	61	121	(93)	89	460	(483)	66
Circulante	28	114	(84)	58	289	(309)	38
Não Circulante	33	7	(9)	31	171	(174)	28

Provisões Técnicas	31/12/2024	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	30/06/2025
Prêmios não ganhos	140	57	(55)	-	142
Benefícios a conceder	265.451	18.795	(21.667)	16.501	279.080
Benefícios concedidos	9.880	268	(680)	493	9.961
Sinistro a liquidar	581	-	-	-	581
Sinistros ocorridos, mas não avisados	882	36	(3)	-	915
Resgates e/ou outros valores a regularizar	678	2.532	(3.035)	1	176
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	1	-	-	-	1
Provisão de excedente financeiro	1	36	(19)	-	18
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	34	94	(101)	-	27
Total	277.648	21.818	(25.560)	16.995	290.901

Provisões Técnicas	01/01/2024	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2024
Prêmios não ganhos	127	144	(131)	-	140
Benefícios a conceder	236.535	48.942	(42.885)	22.859	265.451
Benefícios concedidos	9.346	1.100	(1.370)	804	9.880
Sinistro a liquidar	937	600	(956)	-	581
Sinistros ocorridos, mas não avisados	1.892	261	(1.271)	-	882
Resgates e/ou outros valores a regularizar	187	5.447	(4.957)	1	678
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	77	42	(118)	-	1
Provisão de excedente financeiro	2	75	(76)	-	1
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	-	704	(670)	-	34
Total	249.103	57.315	(52.434)	23.664	277.648



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa mais do que o dobro da média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 2% na taxa de juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.

Variável	Coberturas de Risco: Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2025 Bruto de Resseguro	31/12/2024 Bruto de Resseguro
Taxa de Juros*	Redução de 2% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	608	96
Taxa de Juros*	Aumento de 2% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	-	-

*O impacto de taxa de juros afetará somente o Patrimônio Líquido, conforme especificado no item 3.16.2 Efeito das taxas de juros no TAP

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os choques realizados na Taxa ETTJ, na longevidade e na conversão em renda não geraram necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Por esse motivo, não houve impacto no resultado.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais brutos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	131.848	117.088	159.294	73.371	1.047.792
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	179.205	140.878	126.413	161.845	-	998.944
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.469	181.100	141.296	127.243	-	-	836.453
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.824	98.964	102.221	181.286	141.395	-	-	-	708.413
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.760	96.812	101.779	180.916	-	-	-	-	564.574
5 anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.639	97.034	101.562	-	-	-	-	-	384.039
6 anos após o aviso	6.431	47.674	56.537	74.392	97.289	-	-	-	-	-	-	282.323
7 anos após o aviso	6.432	47.384	56.411	74.748	-	-	-	-	-	-	-	184.975
8 anos após o aviso	6.426	48.442	56.915	-	-	-	-	-	-	-	-	111.783
9+ anos após o aviso	6.419	48.313	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.732
10+ anos após o aviso	6.419	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.419
Estimativa na data base (2024) (a)	6.419	48.313	56.915	74.748	97.289	101.562	180.916	141.395	127.243	161.845	73.371	1.070.016
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.747	56.494	73.266	93.783	99.635	178.663	138.726	123.460	151.579	50.500	1.019.272
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	-	1.566	421	1.482	3.506	1.927	2.253	2.669	3.783	10.266	22.871	50.744
Sinistros a Liquidar Total												50.744



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.521	145.180	124.516	108.506	136.333	67.365	976.176
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.347	96.353	168.801	133.785	117.116	143.178	-	942.434
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	96.026	170.197	134.052	117.400	-	-	793.642
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.519	96.584	170.326	133.920	-	-	-	675.232
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.583	90.826	96.138	169.884	-	-	-	-	539.115
5 anos após o aviso	6.420	47.349	56.325	72.462	91.268	95.863	-	-	-	-	-	369.687
6 anos após o aviso	6.417	47.428	56.018	72.490	91.039	-	-	-	-	-	-	273.392
7 anos após o aviso	6.418	47.148	55.891	72.885	-	-	-	-	-	-	-	182.342
8 anos após o aviso	6.416	47.328	55.933	-	-	-	-	-	-	-	-	109.677
9+ anos após o aviso	6.410	47.259	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.669
10+ anos após o aviso	6.410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.410
Estimativa na data base (2024) (a)	6.410	47.259	55.933	72.885	91.039	95.863	169.884	133.920	117.400	143.178	67.365	1.001.136
Pagamentos efetuados (b)	6.410	46.618	55.727	71.772	89.131	94.203	167.632	131.561	113.656	133.542	45.973	956.225
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	-	642	206	1.113	1.908	1.660	2.252	2.359	3.744	9.636	21.392	44.912
Sinistros a liquidar total												44.912



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - Seguros e Previdência:	6.943.976	6.654.310
Ajustes:		
Direito creditório	(14.730)	(12.858)
Custos de aquisição diferidos (redutores) (a)	(66.318)	(52.084)
Provisões técnicas - resseguros (redutores) (b)	(9.149)	(10.108)
Total a ser coberto	6.853.779	6.579.260
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	6.975.641	6.709.425
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	1.272	1.194
Equivalente de caixa	10.420	18.900
Total dos ativos vinculados	6.987.333	6.729.519
Ativos bloqueio judicial - não vinculado a cobertura de reserva	-	-
Total de aplicações	6.987.333	6.729.519
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	133.554	150.259

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 32.813 (R\$ 29.527 em dezembro de 2024) e Não Circulante R\$ 50.428 (R\$ 40.241 em dezembro de 2024), total R\$ 83.241 (R\$ 69.768 em dezembro de 2024) sendo redutores R\$ 66.318 (R\$ 52.084 em dezembro de 2024) e não redutores R\$ 16.923 (R\$ 17.684 em dezembro de 2024).

(b) Ativos de Resseguro – Provisões Técnicas: Circulante R\$ 6.393 (R\$ 10.540 em dezembro de 2024) e Não Circulante R\$ 4.677 (R\$ 4.864 em dezembro de 2024), total de R\$ 11.070 (R\$ 15.404 em dezembro de 2024) sendo redutores R\$ 9.169 (R\$ 10.108 em dezembro de 2024) e não redutores R\$ 1.901 (R\$ 5.296 em dezembro de 2024).

22. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (notas 17 e 18). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

	Causas cíveis - relacionadas a sinistros/benefícios					
	30/06/2025			31/12/2024		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	70	5.680	5.680	74	5.396	5.396
Possível	142	18.565	-	152	17.617	-
Remoto	3	254	-	6	287	-
Total	215	24.499	5.680	232	23.300	5.396



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2. Provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	30/06/2025	31/12/2024
Cíveis	2.676	2.305
Total provisões não relacionadas a sinistros/benefícios	2.676	2.305
Obrigações fiscais	12.192	11.737
Total Provisões judiciais	14.868	14.042

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

Causas Cíveis – Não relacionados à sinistros/benefícios						
		30/06/2025		31/12/2024		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	55	2.676	2.676	46	2.305	2.305
Possível	452	18.006	-	286	13.067	-
Remota	9	151	-	11	200	-
Total	516	20.833	2.676	343	15.572	2.305

Causas Fiscais						
		30/06/2025		31/12/2024		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	6	1.864	-	6	1.777	-
Total	6	1.864	-	6	1.777	-
Total geral	522	22.697	2.676	349	17.349	2.305

A seguir, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

Causas Cíveis – Não relacionados à sinistros/benefícios					
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2025
Cíveis	2.305	954	(441)	(142)	2.676
Total	2.305	954	441	142	2.676



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Causas Cíveis – Não relacionados à sinistros/benefícios					
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	1.762	1.455	(768)	(144)	2.305
Total	1.762	1.455	768	144	2.305

22.3. Provisões judiciais – Obrigações fiscais

Na rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01º de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica de "Outros débitos - Provisões judiciais". Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Demonstramos abaixo a movimentação das obrigações fiscais:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2025
COFINS	10.096	392	10.488
PIS	1.641	63	1.704
Total - obrigações fiscais	11.737	455	12.192

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	9.433	663	10.096
PIS	1.532	109	1.641
Total - obrigações fiscais	10.965	772	11.737



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.917	1.704	11.798	10.488	13.715	12.192
Total 30/06/2025	1.917	1.704	11.798	10.488	13.715	12.192

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.847	1.641	11.638	10.096	13.215	11.737
Total 31/12/2024	1.847	1.641	11.638	10.096	13.215	11.737

(a) Temos as seguintes discussões de PIS/COFINS:

- Lei nº 9.718/98 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras em geral e sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livre e garantidores) Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).
- Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).;
- Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livres) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres)

22.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os “Depósitos judiciais e fiscais” estão classificados no ativo não circulante, como segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Cíveis	172	221
Fiscais	13.715	13.215
Total depósitos judiciais	13.887	13.436

A seguir, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	13.215	12.409
Atualização monetária	500	851
Baixa	-	(45)
Saldo final	13.715	13.215



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

23.2. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2025, as reservas de lucros de R\$ 14.438 (R\$ 96.082 em 31 de dezembro de 2024) são compostas por:

- (i) Reserva legal de R\$ 14.438 em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor; e
- (ii) Reserva estatutária foi consumida integralmente pela distribuição dos dividendos no primeiro semestre de 2025 (R\$ 81.644 em 31 de dezembro de 2024). Essa reserva é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

23.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2025 era de uma perda de R\$ 1.161 (perda de R\$ 975 em 31 de dezembro de 2024).

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

Em 28 de março de 2025, foi deliberado na Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 81.644 (oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), provenientes da reserva estatutária.

23.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	145.228	167.296
Ajustes contábeis	(5.512)	(6.795)
Despesas antecipadas	(2)	-
Ativos intangíveis	(179)	(150)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(5.331)	(6.645)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	72.917	62.722
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	670	1.650
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	72.247	61.072
Subtotal PLA - nível	212.633	223.223
PLA Nível I	130.140	152.765
PLA Nível II	72.917	62.722
PLA Nível III	9.576	7.735
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (e)	(18.505)	(9.059)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	194.128	214.164
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	6.386	6.370
Capital de risco de subscrição	117.812	112.097
Capital de risco - mercado	4.681	7.199
Capital de risco - redução por correlação	(6.464)	(8.198)
Capital de risco - operacional	5.560	5.329
Capital de risco (CR) (b)	127.975	122.797
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	127.975	122.797
Patrimônio líquido ajustado	194.128	214.164
(-) Exigência de capital - EC	(127.974)	(122.797)
Suficiência de capital - R\$	66.154	91.367
Suficiência de capital (% da EC)	152%	174%



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se as transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Icatu Seguros S.A. (Controladora indireta) (a)	8.257	8.834	(3.203)	(4.237)	(22.345)	(23.342)	49.394	51.819
Icatu Capitalização S.A (ligada) (c)	521	191	-	-	(437)	(396)	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) (f)	-	-	(1)	(1)	(5)	(6)	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora indireta) (b) (*)	-	-	(10.173)	-	(62.298)	-	-	-
Icatu Assessoria S.A. (ligada) (b) (*)	-	-	-	(9.883)	-	(57.204)	-	-
Rio Grande Capitalização S.A (ligada) (c)	9.947	6.652	-	-	(8.112)	(7.928)	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora direta) (e)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	18.725	15.677	(13.377)	(14.121)	(93.197)	(88.876)	49.394	51.819

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
 - Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.). Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
 - A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras despesas operacionais";
 - Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência;
 - Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia; e
 - Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.
- (*) Para fins de reestruturação societária do Grupo econômico ao qual a Companhia faz parte a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta em 1º de janeiro de 2025.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Principais ramos de atuação - seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	30/06/2025			30/06/2024		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Vida em grupo	155.817	18,6%	35,0%	144.408	16,0%	34,61%
Prestamistas	147.102	27,0%	30,9%	142.647	27,5%	32,30%
Acidentes pessoais	52.578	8,5%	34,7%	44.781	6,0%	35,56%
Habitacional	14.013	24,5%	16,8%	13.376	109,8%	14,60%
Outros	10.301	21,6%	21,6%	9.719	19,4%	21,76%
Total	379.811	20,7%	32,3%	354.931	23,0%	32,7%

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

26.1. Prêmios ganhos – seguros

	30/06/2025	30/06/2024
Prêmios emitidos direto	370.699	332.141
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	49.394	51.819
Prêmio riscos vigentes não emitidos	4.289	441
Receitas de contribuições planos repartição simples	269	252
Receitas de contribuições planos de renda	2.617	2.422
Variação das provisões técnicas	(47.457)	(32.144)
Total	379.811	354.931

26.2. Sinistros ocorridos – seguros

	30/06/2025	30/06/2024
Indenizações avisadas	(77.937)	(82.448)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(70)	890
Despesas com sinistros	(717)	(14)
Total	(78.724)	(81.572)

26.3. Custo de aquisição – seguros

	30/06/2025	30/06/2024
Comissões sobre prêmio emitido	(135.851)	(122.283)
Variação despesa de comercialização diferida	13.533	6.751
Outras despesas de comercialização	(528)	(523)
Total	(122.846)	(116.055)



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.4. Outras despesas operacionais – seguros

	30/06/2025	30/06/2024
Despesas com cobrança	(5.170)	(3.750)
Reversão da provisão para contingências cíveis	(491)	(107)
Reversão de provisão para riscos de crédito	18	382
Despesas com títulos de capitalização	(8.550)	(8.324)
Outras despesas operacionais	(1.793)	(1.888)
Total	(15.986)	(13.687)

26.5. Resultado com operações de resseguro – seguros e previdência

	30/06/2025	30/06/2024
Recuperação de indenização – seguros e previdência*	6.038	13.135
Prêmio cedido em resseguro – seguros	(3.440)	(2.847)
Variação dos sinistros ocorridos – seguros	279	9
Variação das provisões técnicas – seguros	(3.204)	(3.659)
Receita com participação em lucros	(1)	-
Variação das provisões técnicas – previdência	(193)	(184)
Outros resultados com operações de resseguro	172	185
Total	(349)	6.639

(*) A partir de maio de 2024, em virtude da calamidade no Sul, foi realizado um incremento na provisão de sinistros a liquidar bem como no ativo de resseguro correspondente a fim de melhor estimar o valor final que será pago de benefício pendentes de regulação, com base no valor dos sinistros efetivamente pagos na cobertura Danos Físicos ao Imóvel – DFI (ramo 1065). Essa situação foi normalizada em 2025.

26.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL - previdência

	30/06/2025	30/06/2024
Prêmios emitidos	258.390	391.207
Receitas de contribuições planos	10.429	10.524
Restituições	-	(23)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL (*)	268.819	401.708
PMBAC - planos de renda	(268.721)	(401.655)
Constituição da provisão de benefícios a conceder (*)	(268.721)	(401.655)
Total	98	53

(*) Redução nas rendas de contribuições e prêmios de VGBL e na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em virtude da menor captação líquida (entrada – saídas) no primeiro semestre de 2025.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	30/06/2025	30/06/2024
PPNG - Planos repartição simples	(1)	(1)
PPNG - Planos de renda	-	(5)
PVR - Planos renda	(2)	57
Despesas com benefícios e resgates	(203)	(697)
Outras provisões	(32)	(66)
Total	(238)	(712)

26.8. Despesas administrativas

	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal próprio	(533)	(500)
Serviços de terceiros (*)	(69.642)	(64.909)
Localização e funcionamento	(337)	(244)
Publicidade e propaganda	(8.198)	(4.297)
Publicações	(117)	(65)
Donativos e contribuições	(1.060)	(233)
Despesas administrativas diversas	(55)	(39)
Total	(79.942)	(70.287)

(*) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

26.9. Despesas com tributos

	30/06/2025	30/06/2024
Impostos	(484)	(550)
COFINS	(13.766)	(12.239)
PIS	(2.238)	(1.990)
Taxa de fiscalização	(1.713)	(1.603)
Outras despesas com tributos	(42)	(45)
Total	(18.243)	(16.427)



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.10. Resultado financeiro

	30/06/2025	30/06/2024
VJR	488.037	294.156
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	488.037	294.156
Outras receitas financeiras	399	708
VJORA	2.310	3.597
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	2.310	3.597
Total – receitas financeiras	490.746	298.461
VJR	(60.537)	(168)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(60.537)	(168)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(16.995)	(11.857)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(388.194)	(268.945)
Outras despesas financeiras	(728)	(704)
Total – despesas financeiras	(466.454)	(281.674)
Total	24.292	16.787

27. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como segue:

	30/06/2025		30/06/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	98.941	98.941	89.914	89.914
ADIÇÕES	10.724	10.724	5.284	5.284
Adição Permanente	1	1	-	-
Doações e patrocínios indedutíveis	1.041	1.041	215	215
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	372	372	159	159
Outras provisões	4.274	4.274	-	-
PIS e COFINS diferido	4.581	4.581	4.522	4.522
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	455	455	388	388
EXCLUSÕES	(4.912)	(4.912)	(6.477)	(6.477)
Outras provisões	(46)	(46)	(707)	(707)
PIS e COFINS diferido	(4.372)	(4.372)	(5.382)	(5.382)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(494)	(494)	(388)	(388)
Resultado ajustado	104.753	104.753	88.721	88.721
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(24.349)	(15.713)	(22.190)	(13.308)
Incentivos fiscais	(1.041)	-	375	-
Reversão da provisão de créditos tributários	1.203	722	(339)	(204)
Despesas com IRPJ/CSLL	(24.187)	(14.991)	(22.154)	(13.512)
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	24,4%	15,2%	24,64%	15,03%



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Eventos subsequentes

Em 25 de agosto de 2025 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 53.786.679,98 (cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos).

29. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2025 da Icatu Seguros S.A.



Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Presidente

Luciano Soares

Demais Conselheiros

Fernando Guerreiro de Lemos

Ademar Schardong

Artur José de Lemos Júnior

Edson Georges Nassar

Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira

Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu

MIBA nº 1394